

Administração Pública: 0,3% de aumento salarial é inaceitável

16 Dezembro, 2019

Estudo do Economista Eugénio Rosa demonstra que com esta proposta o Governo mantém a política de baixos salários na Administração Pública.

Segundo Eugénio Rosa, mesmo com as progressões que entretanto ocorreram nas carreiras (onde ocorreram) o aumento das remunerações ilíquidas (antes dos descontos) da administração pública variou entre 2,7% (Remuneração Base Média Mensal) e 4,9% (Ganho Médio Mensal B) entre 2009 e 2019. Ou seja, um aumento muito inferior à subida de preços, no mesmo período, que foi de 11,8%.

No [estudo](#) foram utilizados os dados recentemente divulgados (3º Trimestre de 2019) pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) do Ministério das Finanças sobre as remunerações médias mensais base ilíquidas e sobre os ganhos médios ilíquidos dos trabalhadores de todas as carreiras da Administrações Pública.

Ainda, foram avaliados os dados do INE, sobre o aumento de preços, a evolução do poder de compra da Remuneração Base Média Mensal e do Ganho Médio Mensal dos trabalhadores entre 2009 e julho de 2019, o que permitiu calcular o impacto da perda de poder de compra neste período na Remuneração Base Média.

De salientar que a Remuneração Base Média representa o valor auferido por mais de 85% do ganho total dos trabalhadores da Administração Pública.

A dimensão da perda de poder de compra que os trabalhadores sofreram e que ainda não recuperaram, é feito por carreira profissional.

"Espero que este estudo possa ser útil quer na defesa dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública, cujos serviços que prestam são vitais para o bem-estar, para a educação, saúde e segurança de todos os portugueses. Apesar do seu trabalho ser fundamental para toda a sociedade estes trabalhadores têm sido massacrados nos últimos anos, e este governo com a sua proposta pretende manter". Eugénio Rosa